



4012535



21260.202115/2023-41



## MINISTÉRIO DAS MULHERES

### ATA DE REUNIÃO

Aos 17 dias do mês de novembro do ano de 2023, às 15 horas, na Sala de Reunião Plenária, localizado no Edifício Parque Cidade Corporate, SCS B, Qd. 9, Lt. C, Torre A, 10º andar, Bairro Asa Sul, Brasília/DF, realizou-se a Primeira Reunião Extraordinária do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, instituído pelo artigo 5º do [Decreto nº 11.640, de 16 de agosto de 2023](#), sob a Presidência da representante do **Ministério das Mulheres, a Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres (SENEV), Denise Motta Dau, acompanhada da Diretora de Proteção de Direitos, Aline Yamamoto, e da consultora da ONU Mulheres, Wânia Pasinato.**

Conforme lista de presença (SEI 3948744) participaram as seguintes **titulares e suplentes do Comitê Gestor**: Ana Flávia Magalhães Pinto (titular, participação online), do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI); Mirela de Carvalho (titular) e Juliana Damasceno de Sousa (suplente), ambas do Ministério de Planejamento e Orçamento (MPO); Kátia Souto (suplente), do Ministério da Saúde (MS); Isabel Seixas Figueiredo (titular), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); Danielle da Silva Santa Brígida (suplente), do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); Maraisa Bezerra Lessa (titular), do Ministério da Educação (MEC). Estavam ausentes as membras da Casa Civil da Presidência da República (CC/PR), do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e do Ministério da Igualdade Racial (MIR).

Também estiverem presentes os seguintes representantes: Miriam Valesca Ferreira (MEC), Vanuse Braga (MS), Camila Bahia (MS), Greice Rosa (MS), Olivia Medeiros (MS), Clarissa Filgueiras (MDS), Chirlei Maria de Souza (MIR), Isadora Oliveira representando a suplente Ana Míria dos Santos Carvalho Carinhonha (MIR), Lidiane Ribeiro (MJSP), Jussara Soares (CGU), Jonathas Henrique Soares Rocha (CGU), Renato Wanderlei de Lima (CGU). Pelo Ministério das Mulheres, participaram: Adriana Matos Pereira, Camila Lima das Neves, Kátia Azambuja e Pagu Rodrigues da Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e Sandra Bazzo, da Secretaria-Executiva.

**Dando inícios aos trabalhos, a Diretora de Proteção de Direitos, Aline Yamamoto,** pediu a todos que se apresentassem, em seguida foi **aprovada** por todos os presentes a **Ata** da Primeira Reunião do Comitê Gestor do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, realizada no dia 16 de outubro de 2023, cuja cópia foi distribuída previamente para análise dos membros.

**A Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres,**

**Denise Motta Dau**, reforçou a importância da construção de ações efetivas, objetivas e transversais de prevenção aos feminicídios. Comunicou ainda que em reunião com a Ministra de Estado das Mulheres restou acordado que a previsão de lançamento do Pacto está com indicativo para a primeira quinzena de dezembro de 2023.

Em seguida, iniciaram-se as apresentações das ações por Ministério.

A representante do **MJSP, Isabel Figueiredo**, reforçou o desafio que é inovar na política de prevenção aos feminicídios, e comentou que não houve tempo para fazer um diálogo interno com as demais áreas do MJSP para a definição das ações para o PNPf. Fez uma breve explicação sobre as mudanças do Fundo Nacional de Segurança Pública, que agora conta com uma porcentagem específica para o enfrentamento à violência contra mulheres. No tocante as ações, discorreu sobre a revisão de normas técnicas, como a Norma Técnica das DEAM's e da Patrulha Maria da Penha. Abordou também sobre o retorno do Programa Mulheres da Paz e sobre o processo de aquisição de viaturas para as Patrulhas Maria da Penha dos municípios, bem como sobre os programas de capacitação e sobre os desafios para o funcionamento 24h das Delegacias. Por fim, discorreu sobre a parceria a ser realizada com o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP's) e sobre a retirada do sigilo do Protocolo de Investigação de Feminicídios.

A representante do **MS, Kátia Souto**, reforçou a importância da articulação e diálogo interno com as diversas áreas dentro MS. Com relação às ações, comentou sobre o projeto que visa qualificar as equipes multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde (eMulti), que está previsto para ocorrer em 2024. Nessa esteira, discorreu sobre as capacitações e formação da estratégia da Saúde da Família, da Atenção Primária à Saúde, que abrange maior número de profissionais da saúde, e assim realizar a retomada da rede de atenção às adolescentes e mulheres em situação de violências, envolvendo elaboração de novas portarias, tal como revisão das normas existentes. Abordou, também, sobre a política de saúde do homem, onde está sendo trabalhado as ações relacionadas a atenção aos autores de violência.

Com a palavra a **senhora Olívia**, detalhou as propostas apresentadas pelo MS, esclarecendo que as equipes multiprofissionais da atenção primária estão integradas à saúde da família e tem como foco os municípios de pequeno porte. Em 2024, a partir de incentivo financeiro, pretendem contar com 3.770 equipes.

Também, pelo Ministério da Saúde, a **senhora Grace**, abordou a articulação que está sendo realizada internamente para apresentação de novas propostas. No âmbito da atenção primária, discorreu sobre o sistema E-SUS, que emite alertas sobre os protocolos de cuidado dentro da especificidade de cada paciente, assim como sobre ideias que ainda serão discutidas internamente que poderão compor o Pacto, como a proposta e selos de hospitais parceiros no enfrentamento à violência contra as mulheres. Reforçou, sobre a política de saúde do homem, sua importância, estratégia e objetivos do programa. Por fim, comentou acerca da revisão das portarias, manuais, normas técnicas.

A representante do **MGI, Ana Flávia Magalhães Pinto**, destacou que após a reunião bilateral com a equipe da SENEV/MMulheres, não foi possível articular a validação interna das ações identificadas junto às demais áreas do MGI. Mencionou as ações relativas ao Decreto 11.430, de 08 de março de 2023, que regulamenta a exigência, em contratações públicas, de percentual mínimo de mão de obra constituída por mulheres vítimas de violência doméstica, que se desdobrou em ACT's com o Estado do Rio Grande do Norte e do Distrito Federal, havendo possibilidade de avançar nessa chave de sensibilização e redução de danos. No âmbito da Secretaria de Gestão e Inovação sinaliza-se a possibilidade de criação de normativo para garantir prioridade de mulheres em situação de violência doméstica

e/ou familiar nos processos de transferência de servidoras públicas. Destacou também, ações que vem sendo desenvolvidas pelo GT de Assédio, como também esclareceu que a Secretaria de Patrimônio da União tem desenvolvido programas de destinação de imóveis da União para finalidade sociais. Abordou, ainda, as ações de prevenção primária, trabalhando direito à memória, por meio de atuações que impactam escolas, campanhas de comunicação, exposições, como mecanismo para a promoção de reparação. Por fim, destacou o potencial dos cursos ofertados via ENAP sobre gênero, violência e direitos humanos.

A representante do **MDS, Clarissa Figueiras**, informou que tem sido elaborado programas referentes ao enfrentamento à violência contra mulheres, como exemplo, disseminar informações mais assertivas aos profissionais do SUAS. Destacou, que está em fase de elaboração da minuta de decreto o qual regulamenta a lei que prevê pensão para filhos de vítimas de feminicídio e a minuta de decreto que regulamenta o auxílio aluguel para mulheres em situação de violência. Comentou que em breve irá compartilhar as minutas para análise do MMulheres. Comentou que estão retomando a política focada nos territórios.

**A Diretora de Proteção de Direitos, Aline Yamamoto**, destacou que em reunião com a senhora Debora Akerman do MDS, está sendo realizado estudo de metodologias para trabalhar com o CRAS, retomando o CRAS como uma instituição que trabalhe fortemente a questão da comunidade, o coletivo.

**A representante do MDHC, Danielle Brigida**, participou que está tramitação um processo SEI para que as unidades daquele Ministério apresentem as ações conforme eixos estruturantes previstos no Pacto. Destacou que foi realizada a revisão do formulário do canal Disque 100. No tocante a população LGBTQIA+, foi realizado um programa nacional de formação, com foco na questão de gênero, bem como foi realizada formação em parceria com o Ministério das Mulheres, sobre as denúncias recebidas no Ligue 180, que foi produzida uma cartilha com apoio da SERPRO. Reforçou, a importância dos avanços nos normativos referentes ao enfrentamento à violência contra mulheres, que incluíram as mulheres lésbicas e mulheres trans. Por fim, discorreu sobre os programas de proteção geridos pelo MDHC e sobre as ações previstas para 2024.

**A representante do MEC, Miriam Ferreira**, esclareceu que o MEC não tem ação específica, mas que tem ações que tangenciam a pauta. Discorreu sobre dois programas que indiretamente cuidam da prevenção à violência, como Educação em família que será transformado em Educação e comunidade, e o outro programa consistem em Mentoria de Diretorias escolares, que tem como alguns itens a redução de preconceitos e discriminações (cursos de 200h).

Com a palavra, **a senhora Maraisa**, reforçou que não tem ação específica de prevenção aos feminicídios, mas que tem ações que tangenciam a pauta. Destacou que o papel da educação é contribuir com a transformação cultural, que é dentro das escolas que estudantes vão discutir acerca de pauta sobre desigualdade de gênero, da prevenção à violência, entre outros. Nessa esteira, para 2024, está sendo elaborado o Programa de Promoção e Defesa de Direitos Humanos, tornando a educação em direitos humanos, eixo transversal nos currículos escolares. Informou ainda, que tem um TED para Universidade Federal Fluminense, para um Observatório de Violência contra Educadores, tendo em vista que uma das dificuldades para trabalhar questões de gênero nas escolas é a questão de perseguição aos educadores. Reforçou a importância da articulação interministerial para elaboração das ações. Por fim, discorreu sobre o programa da SETEC que visa a oferecer formação profissional e tecnológica de mulheres em situação de vulnerabilidade social.

**A representante do MIR, Isadora Oliveira**, esclareceu que assim como no MEC,

o MIR não tem ações específicas de prevenção aos feminicídios, mas que tem ações que podem contribuir. Nessa esteira, reforçou a importância do Decreto 11.430, de 08 de março de 2023, e sobre a importância da Política de Formação de Defensores de Direitos dentro do escopo do Programa Juventude Negra Viva, que tem o objetivo formar o maior número possível de jovens negros, protegendo a juventude negra e tornando-os defensores de direitos humanos. Discorreu, sobre as sugestões enviadas via e-mail.

**A representante do MPO, Mirela de Carvalho**, informou que em reunião interna com todas as unidades daquele Ministério, foi identificada a necessidade de priorização, pois é amplo o escopo de tipos de violência contra a mulher e ações de prevenção. Ressaltou que a agenda das mulheres é transversal, está presente nas ações e orçamentos de diversos ministérios. Isso requer muita articulação e, mais uma vez, se justifica o esforço de priorização. O MPO propõe apoiar, de forma articulada ao trabalho que vem sendo desenvolvido pela CGU, o processo de priorização inerente à construção do Pacto, além de trazer insumos para a construção e implementação do sistema de monitoramento de ações e resultados.

Com a palavra a **senhora Juliana**, discorreu sobre a construção do PPA e o quão as transversalidades das pautas acaba sendo uma forma de canalizar e direcionar recursos de diferentes áreas e ministérios, mas que olham para um público-alvo específico. Desta forma, é essencial o alinhamento entre os ministérios. Reforçou, sobre a importância dos indicadores. Por fim, discutiu-se também sobre o levantamento e mapeamento das propostas que foram apresentadas que já constam no orçamento de 2024, sobre a limitação orçamentária e as prioridades.

**A Diretora de Proteção de Direitos, Aline Yamamoto**, informou que a **senhora Chirlei Maria de Souza** estava presente representando a **Secretária Joziléia**, para fazer a relatoria das ações discutidas. Informou também que foi realizada a bilateral com o MPI, onde foi apresentado o ACT entre o MMulheres e o MPI com ações específicas voltadas para prevenção de violências contra mulheres indígenas e foram discutidas outras possibilidades para serem trabalhadas.

Ainda, com a palavra, a Diretora Aline, apresentou as ações do MMulheres, divididas em ações primárias, secundárias e terciárias. Reforçou a importância de fortalecer uma política nacional de reparação a graves violações de direitos humanos, discorreu sobre a política de abrigamento e desabrigamento, e o desafio de desenhar um programa de autonomia econômica para mulheres em situação de violência.

Com a palavra a **senhora Vanuse do MS**, discorreu sobre as ações no âmbito da Saúde Mental, como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), que ofertam serviços especializados de saúde mental de caráter aberto e comunitário. Noticiou também sobre a oficina realizada com o Colegiado Gestor de Saúde Mental, que trabalhou saúde mental e racismo.

Por fim, a Diretora Aline, passou para os encaminhamentos, quais sejam:

- I - Sistematizar as ações apresentadas nesta 1ª Reunião Extraordinária do Comitê Gestor, bem como nas reuniões Bilaterais – Responsável: SENEV/MM;
- II - Envio do rol das ações estratégicas para compor o Plano de Ações (Fase 1) do Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, até dia 30 de novembro de 2023; – Responsável: todos os Ministérios;
- III - Prorrogação do prazo de apresentação do plano de ações, conforme disposto no art. 17 do Decreto 11.640/2023; e
- IV - Reunião entre MMulheres, MPO, CGU e ONU Mulheres no dia 24

de novembro de 2023.

Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente deu por encerrada a reunião às 17h30, da qual, para constar, eu, Aline Yamamoto, lavrei a presente Ata.

Submetida à aprovação do Comitê Gestor, a Ata foi aprovada sem restrições.

*assinado eletronicamente*

**ALINE YAMAMOTO**

Diretora de Proteção de Direitos

Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres

*assinado eletronicamente*

**DENISE MOTTA DAU**

Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra Mulheres



Documento assinado eletronicamente por **Denise Motta Dau, Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência Contra Mulheres do Ministério das Mulheres**, em 11/01/2024, às 20:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no **§ 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **4012535** e o código CRC **2A34E211**.

**Referência:** Processo nº 21260.202115/2023-41

SEI nº 4012535